

# OS TOREROS EM BELO HORIZONTE: CONSTRUINDO CAMINHOS NA CONTRAMÃO DAS RUAS DA CIDADE

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão<sup>1</sup>

**Resumo:** Os toreros são vendedores ambulantes de Belo Horizonte que não possuem licença ou salvaguardas legais de qualquer tipo e elaboram suas táticas de circulação e venda com base em brechas que encontram em meio à operacionalização da fiscalização, entre negociações, esquivas e conflitos diários. São figurados e, por isso, definem-se, relacionalmente, como um dos principais adversários do ordenamento urbano em Belo Horizonte. Neste artigo discuto o tema das coletividades em torno do trabalho destes ambulantes contemporaneamente, debatendo as decorrências da hipótese da “crise das identidades” no mundo do trabalho, tendo em vista a forma como foram pensadas e constituídas convencionalmente. Em seguida, mobilizo o tema das identidades sociais e memória coletiva, conceitos que proporcionam uma reflexão sobre os sentidos de coletividade e pertença produzidos pela experiência de classe mas que, muitas vezes, ficam subsumidos pelas narrativas das histórias oficiais elaboradas pelos grupos dominantes representados pelo Poder Público, grande mídia etc. Os dados debatidos são fruto de pesquisa de cunho qualitativo: levantamento documental, observação de campo e entrevistas semi-estruturadas.

**Palavras-chave:** Comércio ambulante. Informalidade. Identidades. Memória coletiva.

**Abstract:** The toreros are a group of street-vendors found in Belo Horizonte which do not have documented licenses or any kind of formal permissions. They act tactically through the gaps of surveillance

---

<sup>1</sup>Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), orientado pela Profa. Dra. Isabel Georges. Membro do LMI-SAGEMM (Laboratório Misto Internacional - Social activities, gender, markets and mobilities - Latin America). Bolsista FAPESP (Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo); número do processo: 2017/02638-3. E-mail para contato: [tarcisioperdigao@gmail.com](mailto:tarcisioperdigao@gmail.com).

practices, between daily negotiations, “getaways” and conflicts. They are defined relationally as one of the main opponents of urban planning in Belo Horizonte. This paper aims to discuss the collectivity sense matters around these worker activities contemporaneously, in order to debate the effects of the labor “identity crisis” hypothesis, considering the transformations from their traditional forms. Then, I articulated the social identity sociological affair with the notion of collective memory, a concept that inspires to think through the senses of collectivity and belonging produced by social experiences. These experiences and perceptions are frequently overtaken by the “official history”, narratives normally elaborated by dominant groups, represented by the government, mass media groups etc. The data is a result of a qualitative research: documentary research, observation and semi structured interviews.

**Key words:** Street-vending. Informality. Social identities. Collective memory.

## Introdução

Este artigo traz reflexões e articulações conceituais em torno dos temas da identidade e da memória, de forma que ressaltem sua potência de inspiração teórica para a elaboração de pesquisas sobre comerciantes ambulantes e suas tensões com o Estado. Os dados com base nos quais elaboro minhas reflexões neste texto são decorrentes principalmente da minha pesquisa no âmbito do mestrado cujo produto foi a dissertação intitulada “A implementação da fiscalização urbana em Belo Horizonte: o trabalho dos auxiliares de fiscalização” (ARAÚJO FILHO, 2016b). Além disso, agora no âmbito do doutorado, permaneço estudando um tema adjacente e complementar, enfocando nas trajetórias e nas dinâmicas de trabalho de um grupo de comerciantes ambulantes da mesma cidade, os toreros, que desde a minha última experiência de pesquisa já me despertavam imensa curiosidade e atenção.

É justo dizer de início que a ideia de uma memória social (ou coletiva, como veremos) foi central para a elaboração dos meus projetos de pesquisa. Quando meus principais sujeitos de investigação eram os auxiliares de fiscalização - a principal força de trabalho empregada pela Prefeitura de Belo Horizonte para a operacionalização da fiscalização - busquei observar suas práticas de trabalho e reconstituir suas trajetórias sócio-laborais. O objetivo era compreender as políticas de gestão urbana e controle com base em “pontas”, seus pontos de contato com o público-alvo. Entre outros aspectos, elementos subjetivos destes trabalhadores (braçais, precarizados, invisibilizados, mal pagos) são positivados para a construção estratégica da fiscalização. Dessa forma, para além dos discursos burocráticos, gerenciais e oficiais, busquei recontar a história e os modos de funcionamento da fiscalização vis-à-vis os trabalhadores do nível operacional, que vivenciam as dinâmicas e os dramas da “rua” em relação de “negociação” com os comerciantes ambulantes (ARAÚJO FILHO, 2014, 2016a, 2016b).

No doutorado, minha ambição investigativa toma o mesmo sentido: desenvolvo uma compreensão sobre a vida dos toreros entre o campo do privado e do público, entre particularidades e transversalidades. Essa perspectiva traz um paralelo às narrativas convencionais que se elaboram sobre essa população, que neste texto busco evidenciar. Por isso, este artigo também é produto analítico do constante trabalho de sistematização<sup>2</sup> das matérias jornalísticas produzidas acerca dos temas centrais e adjacentes aos meus interesses investigativos, como a fiscalização, o comércio informal de rua e meus sujeitos de pesquisa principais atualmente, os toreros. E, afinal, quem são os toreros?

---

<sup>2</sup> Por meio da ferramenta Google Alerta, desde 2014, tenho mapeado publicações jornalísticas que remetam ao caso belo-horizontino sobre as questões do comércio ambulante, fiscalização urbana, Código de Posturas, shoppings populares, operações municipais de gestão urbana etc.

O significado deste termo nativo (referido tanto pelos agentes de controle, como pelos próprios sujeitos) está associado à persistência histórica de atuação desse subgrupo de vendedores ambulantes, segundo as variações da gíria local, como “vender na tora”, “torar” ou “lugar torado”. Designa diretamente, pela lógica das relações da rua, as práticas de trabalho e, assim, modos de vida específicos conectados à condição e à circunstância de se figurarem como sujeitos reiteradamente marginalizados.

Por se tratarem de indivíduos classificados, a princípio, pelo tipo de trabalho marginalizado que desempenham, decorre a necessidade de um enquadramento que os reconheça como grupo social, uma vez que esses ambulantes são etiquetados primariamente como informais, irregulares, ilegais, a partir da inconformidade com os parâmetros governamentais. Indo além, é possível dizer sobre meus sujeitos de pesquisa que não só o pertencimento à classe trabalhadora informa sobre suas condições de vida, tampouco o fato de integrarem o chamado mercado informal, universo social bastante heterogêneo. Os toreros se situam, mais precisamente, às “margens da informalidade”, como defendo neste artigo.

O seguinte extrato de caderno de campo escrito no momento em que realizava pesquisa empírica nas ruas de Belo Horizonte, ainda no âmbito do mestrado, mostra a imagem que esse grupo de trabalhadores de rua já representava para o pesquisador:

Toreros normalmente trabalham sozinhos ou em duplas, entretanto têm conseguido se agrupar em maiores quantidades principalmente na região do Hipercentro, nas esquinas e praças mais movimentadas, onde conseguem atuar em pontos mais ou menos fixos, apoiando suas mercadorias em cima de caixas de papelão (forjadas como bancadas improvisadas), ou expondo-as em panos estendidos no chão. Diferente dos outros camelôs ou feirantes

(com referência na linguagem local), dificilmente estes vendedores conseguiriam se afixar com barracas de madeira ou metal, uma vez que a movimentação pelo espaço funciona, continuamente, como um método de escape das ações de apreensão. Por isso, os carrinhos-de-mão também são comumente utilizados por eles como instrumento de trabalho.

Nota-se que vendem mercadorias de vários tipos: bebidas frias, doces, salgadinhos, frutas, descascadores de legumes, unhas postiças, ratoeiras, pen drives, fones de ouvido, perfumes, máquinas de cortar cabelo, cigarros paraguaios, guardas-chuvas, toucas, brinquedos, panos de chão, cadarços, meias, óculos de sol etc.

As táticas de venda também são diversas. Além das aglomerações de vendedores em meio à multidão nas regiões comerciais, também se notam as vendas nas janelas dos veículos parados no semáforo (“vendedores de sinal”), vendas dentro das estações de ônibus, abordagens feitas em mesas de bares, venda de bebidas alcoólicas em eventos culturais (apelidados como “caixeiros”) etc. [Extrato de caderno de campo - 2015].

A própria existência desse grupo deflagra a centralidade do caráter relacional presente na identificação das diversas (e por vezes confusas) denominações que compõem o grupo de vendedores informais, como: camelôs, feirantes, vendedores de shoppings populares, ambulantes licenciados (como os deficientes físicos<sup>3</sup>) etc. Cada qual se denomina, principalmente, por sua condição de realização da atividade, tendo como referência algum tipo de concessão institucional, tolerância, grau de

---

<sup>3</sup> Com referência à notícia “Prefeitura regulamenta trabalho de ambulantes com deficiência em BH”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/14/interna\\_gerais,783519/prefeitura-regulamenta-trabalho-de-ambulantes-com-deficiencia-em-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/14/interna_gerais,783519/prefeitura-regulamenta-trabalho-de-ambulantes-com-deficiencia-em-bh.shtml). Acesso em 10/10/2017.

formalização da atividade e, por efeito, o tipo de método comercial e de circulação que adotam. Os toreros são vendedores de rua que não possuem licença ou salvaguardas legais de qualquer tipo e elaboram suas táticas (no sentido de CERTEAU, 1994) com base na relação com o outro: pelas brechas da fiscalização, negociações e conflitos diários. Definem-se socialmente, portanto, por esta relação de controle, já que são figurados como um dos principais adversários do ordenamento urbano em Belo Horizonte.

Para o tipo de atividade comumente desempenhada pelos toreros, a fiscalização contra eles se respalda, a princípio, na norma prevista no Código de Posturas, como “obstrução do logradouro público” (Lei 8.616, de 14 de julho de 2003). Entretanto, a proibição se reverbera moralmente por meio de outros discursos, representando a presença do trabalhador ambulante como “invasor”<sup>4</sup>, como aquele que “tomou”<sup>5</sup> o espaço público e se tornou promotor da “desordem”<sup>6</sup> na cidade. Sua condição marginalizada está precisamente contextualizada e, em grande medida, explicada pela consolidação de um projeto de modernização da cidade: “o bem de todos”, “desenvolvimento”, “melhorias”, “progresso”. À luz de Benjamin (1994), é possível dizer que a construção de discursos que se fazem unívocos e consensuais consolida um tipo de história oficial sobre

---

<sup>4</sup> Com referência às notícias “Camelôs aproveitam brecha e falta de fiscalização e invadem as estações do Move”, disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna\\_gerais,646163/camelos-voltam-de-carona-no-move.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna_gerais,646163/camelos-voltam-de-carona-no-move.shtml); e “Invasão de vendedores conta com tolerância popular”, disponível em [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna\\_gerais,646138/invasao-tem-tolerancia-popular.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna_gerais,646138/invasao-tem-tolerancia-popular.shtml). Acesso em 10 out. 2017.

<sup>5</sup> Com referência à notícia “Ruas tomadas por ambulantes”, disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/ruas-tomadas-por-ambulantes-1.1056942>. Acesso em 10 out. 2017.

<sup>6</sup> Com referência à notícia “Sindicalista teme volta da desordem com ação de ambulantes”, disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna\\_gerais,646179/sindicalista-teme-volta-da-desordem-com-acao-de-ambulantes.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna_gerais,646179/sindicalista-teme-volta-da-desordem-com-acao-de-ambulantes.shtml). Acesso em 10 out. 2017.

a cidade assentada na oposição entre vencedores e vencidos; aliados e adversários do progresso<sup>7</sup>.

Sob esta leitura, se o mercado informal como um todo é visto como um “problema social” sério para a cidade, sob um ponto de vista gestor, a atuação dos toreros representa a sua parte mais drástica. No contexto do trabalho informal, contrastam com os “incluídos” dos dispositivos de formalização e regulação, como os portadores de licenças, documentados como os microempreendedores individuais (MEI). Contrastam também com os comerciantes recentemente transferidos para os shoppings populares, que aderem, ainda que parcial ou relativamente, às medidas de integração via formalização das atividades que desempenham.

Destacam-se, ainda, por não fazerem parte de coletivos como associações ou sindicatos da “categoria” - da forma como abordaram Georges (2011), Sakai (2011), Policastro e Rivero (2005), entre outros – que lhes serviriam como mediadores diretos<sup>8</sup> com o poder público. As formas de “negociação” com o Estado operam por meio de outras formas de ação coletiva, menos programáticas do que as categorias assalariadas, embora mais espontâneas e, por vezes, também mais violentas. Um exemplo disso foram os protestos<sup>9</sup> ocorridos no Centro em julho de 2017, que duraram quatro dias seguidos, impactando a dinâmica da cidade – apesar do número relativamente baixo de manifestantes. Por isso, a sua

---

<sup>7</sup> Com referência à notícia “Força-tarefa para organizar Hipercentro de BH inclui segurança, retirada de camelôs e melhor infraestrutura”, disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/28/interna\\_gerais,857634/forca-tarefa-para-hipercentro-de-bh-tera-seguranca-e-saida-de-camelos.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/28/interna_gerais,857634/forca-tarefa-para-hipercentro-de-bh-tera-seguranca-e-saida-de-camelos.shtml). Acesso em 10 out. 2017.

<sup>8</sup> É claro que não está descartada a possibilidade de que estes trabalhadores estejam enredados em esquemas clientelistas ou mercados de proteção, da forma pela qual Misse (2002) e Hirata (2010) têm apontado em suas pesquisas.

<sup>9</sup> Com referência à notícia “Grupo de camelôs defende permanência nas ruas de Belo Horizonte”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/08/interna\\_gerais,882228/grupo-de-camelos-defende-permanencia-nas-ruas-de-belo-horizonte.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/08/interna_gerais,882228/grupo-de-camelos-defende-permanencia-nas-ruas-de-belo-horizonte.shtml). Acesso em 10 out. 2017.

Os toreros em Belo Horizonte relação inerentemente conflituosa com o Estado - ou pelo menos com sua “linha de frente”, mais ou menos distante<sup>10</sup> dos toreros (ARAÚJO FILHO, 2016) - seja o prisma da delimitação dessa população como grupo social, e objeto de pesquisa.



Fonte: Jornal Estado de Minas (08/07/2017), foto de Edesio Ferreira/EM/DA PRESS

**Figura 1: Fotografia publicada no Jornal Estado de Minas, 8 jul. 2017.**

É muito comum que, quando vistos “de fora”, pareçam indistintos dos demais vendedores de rua. Entretanto, principalmente diante das

---

<sup>10</sup> Encontra-se uma porosidade interessante entre a fronteira que separa estes grupos supostamente adversários, a tal ponto que salta aos olhos mais as proximidades sociais entre eles (em termos de origem social e trajetórias laborais) do que precisamente a seu distanciamento (ARAÚJO FILHO, 2016).



ações do poder público, despontam-se como um dos principais “inimigos” da Prefeitura e, nesse movimento, são sistematicamente apresentados como uma das faces do desregramento, ilegalidade, desordem. Em uma reportagem feita pelo Jornal Estado de Minas em 02/07/2017 sobre os crimes (furtos e assaltos principalmente) praticados na região central de Belo Horizonte, a “presença de camelôs” foi apontada por especialistas como um dos fatores que seriam “facilitadores da violência”:

A desordem do espaço urbano é apontada pelo comandante de Policiamento Militar da Capital, coronel Winston Coelho Costa, como elemento complicador para controle da criminalidade. “Estamos tendo uma dificuldade maior de vencer (a criminalidade) no Centro. No número de roubos, por exemplo, delito que incomoda fortemente a população, a redução na cidade foi de 14%, enquanto na Região Central ficou em torno de 2%. Isso tem ocorrido por causa da intensa presença de camelôs e muitos grupos de moradores de rua, com criminosos infiltrados, na região”, afirma. [...] A Prefeitura de Belo Horizonte, por sua vez, pôs em andamento um programa que ataca um dos fatores apontados como facilitadores da violência: a presença indiscriminada de camelôs. Com ele, pretende retirar os ambulantes ilegais das ruas e realocá-los<sup>11</sup>.

Para além do peso das explicações “técnicas” sobre a correlação entre as taxas de criminalidade e a presença dos vendedores de rua, fica claro que estes representam a “desordem do espaço urbano”, são contracorrente típica do desenvolvimento da cidade, às sombras da modernização.

No entanto, outros vendedores informais (os mais obedientes,

---

<sup>11</sup> Com referência à notícia “Violência no Centro de BH teve queda menor em relação ao resto da cidade”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/02/interna\\_gerais,880741/violencia-no-centro-de-bh-teve-queda-menor-em-relacao-ao-resto-da-cida.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/02/interna_gerais,880741/violencia-no-centro-de-bh-teve-queda-menor-em-relacao-ao-resto-da-cida.shtml). Acesso em 03 out. 2017.

por assim dizer) podem ser incluídos, por exemplo, no outro lado do espectro moral. Esses são vistos como típicos “batalhadores brasileiros” (SOUZA, 2010), ou mesmo “empreendedores”, para lembrar as pesquisas realizadas por Rangel (2015), Carrieri (2014) ou Durães (2013), que demonstram a possibilidade de ascensão social como uma das dimensões da chamada “nova informalidade” (LIMA, 2013; LIMA; SOARES, 2002). Entretanto, em uma perspectiva ampla sobre um governo moral dos pobres (LAUTIER, 2014), esse jogo de classificações serve como forma de tornar a população de vendedores de rua legível (SCOTT, 1998), ao distinguir os “maus pobres” dos “bons pobres”.

Tanto discursos oficiais do poder público, quanto aqueles veiculados pela mídia, reproduzem essa diferenciação moral, que também se reverbera para o nível da formatação das medidas de controle. Trata-se de uma categoria mobilizada circunstancialmente, mas que ostenta materialidade permanente. Para aqueles que vivem a rotina “das ruas” – fiscais, auxiliares de fiscalização, guardas municipais, vendedores ambulantes de forma geral – essa distinção é bem marcada, justamente porque tem função classificatória para o histórico jogo de perde-e-ganha entre Prefeitura e vendedores de rua (ARAÚJO FILHO, 2016). Apesar de não estar escrita em folhas oficiais, está inscrita nas práticas e condiciona conflitos e vivências reais. Uma vez que alguns ganham certos acessos, via políticas públicas, outros necessariamente servirão de contraponto, tendo em vista a construção de uma pretensa legitimidade. O controle social, assim, tende a se intensificar e se focalizar em certos públicos-alvo cada vez mais. Enquanto alguns seguem a proposta da Prefeitura e ocupam as vagas nos shoppings populares (o modo de formalização predominante atualmente), outros sentem o peso da repressão policial.

## A identidade social como questão

Diante dessa reflexão, duas questões despontam: dado o espectro das experiências como referência, o pertencimento ao grupo de toreros se desdobra em uma identidade específica? As condições que determinam as práticas reais de trabalho culminam também na formação identitária própria?

A partir da compreensão de como os sujeitos constroem a imagem de si como trabalhadores, é possível observar como constroem relações desse “eu” com os diferentes coletivos – os “nós”. Nesse sentido, também é importante analisar como se diferenciam de outros grupos, tanto “para fora” do universo de vendedores de rua (por exemplo, policiais, auxiliares de fiscalização, lojistas, trabalhadores); quanto “para dentro” (por exemplo, vendedores de barraca, vendedores de shoppings populares, feirantes). Dessa forma, a lógica dualista da classificação entre informalidade e formalidade (questão bastante complicada de ser definida externamente ou a priori)<sup>12</sup>, fica submetida e embaralhada à ordem criada entre os atores contextualmente. Pela ponto de vista desta escala analítica, esta já não pode mais ser entendida como referência classificatória unívoca.

Assim, para além de uma análise das identidades que se faça com base em parâmetros externos, é preciso, então, garantir que as referências tenham razões contextuais, tanto relacionais quanto biográficas, como indica Dubar (2009). Segundo essa perspectiva, o autor afirma que o processo de formação de identidades está sempre conjugado a processos de dominação (configurando-se, assim, como uma forma de alteridade) e, em grande medida, faz perpetuar formas específicas de identificação.

---

<sup>12</sup> Debates já longamente realizados em importantes trabalhos como os de Telles (2010), Lima e Soares (2002), Machado da Silva (2002), Lautier (1997), Costa (2010), Azais (2012), entre outros.

Trata-se da conexão destas razões contextuais com as formações sociais mais amplas, históricas que, por sua vez, dão sentido às configurações (ELIAS, 1994). Por exemplo, as formações das identidades empresariais, trabalhadoras e, possivelmente, das identidades dos vendedores ambulantes só podem ser entendidas enquanto subsumidas pela histórica dominação de classe.

Outra contribuição importante de Dubar (2009) para esta discussão diz respeito ao caráter móvel dos processos de identificação, dada sua origem histórica e, portanto, não essencial. O autor levanta a tese de que vivenciamos contemporaneamente uma “crise das identidades”, já que nenhuma configuração das formas identitárias parece ter adquirido legitimidade universal e automática, ou mesmo reconhecimento consensual. Segundo ele:

À semelhança das crises econômicas, as crises de identidade podem ser pensadas como perturbações de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da atividade (produção e consumo, investimentos e resultados etc.). A atividade aqui posta em causa é a identificação, isto é, o facto de categorizar os outros e si próprio. (DUBAR, 2009, p.15).

A tese da “crise das identidades” traz um ponto de vista para o entendimento sobre transformações contemporâneas importantes, caracterizadas como fraturas ou rompimentos dos equilíbrios e formas de vínculo social antes dominantes. Segundo o autor:

Se se introduz a hipótese de que cada período de equilíbrio relativo, de crescimento contínuo e de regras claras, de política estável e de instituições legítimas se faz acompanhar dum conjunto de categorias partilhadas pelo maior número de pessoas, dum sistema simbólico de designação e de classificação fortemente interiorizado, então a

ruptura deste equilíbrio deve constituir uma dimensão importante e específica da crise. A mudança de normas, de modelos, de terminologia provoca uma desestabilização das referências, das denominações, dos sistemas simbólicos anteriores. (idem).

A crise, segundo Dubar, não está associada especificamente à crise econômica que assola o capitalismo global desde 2008 (e no Brasil mais fortemente desde 2013). Diz respeito, no entanto, a um processo mais duradouro, de abalo aos vínculos sociais que pode ser visto desde o neoliberalismo, mas também, de forma mais ampla, desde o advento da modernidade, o que Benjamin (1994) identificou como aniquilamento da experiência coletiva.

A perspectiva de Dubar (2009) remonta ao argumento de Tönnies (1978) e aprofundado por Weber (1976, 1991) sobre a substituição das formas sociais “comunitárias” por formas “societárias”, um processo de fortalecimento do “eu” em detrimento do “nós”. O universo da informalidade, em sua própria constituição, e com toda sua heterogeneidade humana, apresenta contradições resultantes deste longo processo representado pelos “amores tumultuados entre o Estado e a economia informal” (LAUTIER, 1997), fenômeno possibilitado pelo processo de individualização imbricado nas formas de integração social. Observa-se, como um exemplo generalizado nas grandes cidades latino-americanas, uma radical marginalização de uns (os toreros, por exemplo), simultânea a um precário e complexo processo de empresariamento da atividade para outros, o que se realiza de forma praticamente imposta, como o caso dos novos “transferidos” para os *shoppings populares*<sup>13</sup> de Belo Horizonte.

A literatura especializada ainda demonstra outras ambivalências.

---

<sup>13</sup> Com referência à notícia “Camelôs de Belo Horizonte não querem shopping popular”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/23/276-camelos-de-belo-horizonte-nao-querem-shopping-popular/>. Acesso em 10 out. 2017.

Por um lado, autores como Rangel (2015), Freire da Silva (2014) e Machado da Silva (2002) demonstram que na contemporaneidade as relações estabelecidas no campo do comércio popular revelam estar menos pautadas em mediações coletivas, ao passo que naturalizam as percepções sobre o caráter da flexibilidade e insegurança do trabalho desregulamentado. Por outro lado, normaliza-se também o conflito junto às agências de controle do Estado, pelo qual a repressão sequer precisa ser justificada, mas se autolegitima (LAUTIER, 1997).

No mesmo sentido, Freire da Silva (2014), Hirata (2010, 2015), Alba e Labazée (2014) e Sakai (2011) explicitaram ambiguidades da gestão dos espaços urbanos, em suas respectivas realidades empíricas, confluentes para a manutenção de certo padrão de circulação monetária, produção do espaço e do campo político em si. Ao mesmo tempo, essa realidade marca profundamente a vida desses trabalhadores de rua, conformando a capacidade de negociação constante com o Estado como um saber-fazer típico do *métier* do ambulante (ARAÚJO FILHO, 2016; MAFRA, 2005; PIRES, 2010). Isso se reflete inclusive quando, frequentemente, se inserem nos “mercados de proteção” para se sustentar na atividade (MISSE, 2002).

Assim, é preciso analisar como se situam os toreros de Belo Horizonte neste enredo, levando-se em conta, inclusive, o que as relações estabelecidas revelam sobre articulações mais amplas, próprias do capitalismo e suas contradições contemporâneas. Ainda que se reconheça a veemência da tese da crise das identidades, outras chaves de interpretação como gênero, raça, território, classe social, entre outros, podem ainda indicar uma compreensão interseccional (HIRATA, 2014) sobre os lugares sociais e os horizontes de ação destes sujeitos. Assim, torna-se possível apreender as percepções práticas e os sentidos subjetivos do trabalho ambulante em sua vida para a “construção de si” (DUBAR,

2012), considerando as disposições e papéis sociais de tipos diversos, sempre postos diante dos contextos sociais pelos quais eles se formam e fazem valer.

## Reconstituindo memórias e coletividades

Feitas essas considerações, a recuperação da memória coletiva (no sentido atribuído por HALBWACHS, 1990) do grupo de ambulantes à margem dos planos de modernização da cidade aponta-se como alternativa narrativa para a história oficial (simplista, mecânica, reificadora).

Para Halbwachs (1990), toda memória está baseada nos laços que constituímos ao longo de nossa trajetória. Até nossas lembranças mais particulares se comunicam com outras mentes por meio de representações, linguagens, ideias compartilhadas. Segundo ele, “[...] em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.” (p. 20). O autor considera, inclusive, que podemos reconhecer algum espaço sem mesmo tê-lo visitado, explicitando sua tese acerca da experiência compartilhada. Instigado por questões semelhantes, Pollak (1992), outro importante pensador da temática da memória, explica que as imagens criadas por outras pessoas em outros tempos se incorporam à formação de nossas lembranças, as lembranças “vivas por tabela”. Deste ponto parte a reflexão proposta.

“*Nossa memória não é tábula rasa*” (p. 21), diz Halbwachs (1990). Reconstituímos nosso passado através de um misto do que entendemos como nossas experiências particulares e das referências que vêm de fora, representando uma ligação essencial entre memória individual e coletiva, segundo o autor. A conexão de nossas lembranças

com a de outros indica a existência de certa harmonia de significados e sentidos, designa então nossa identificação com certo grupo social. O autor chama a atenção para o compartilhamento de experiências entre membros de um grupo na criação das “comunidades afetivas”, o que remete às contribuições de Thompson (1987) sobre a relação necessária entre a formação das classes sociais e as experiências coletivas. Dessa perspectiva, os compartilhamentos de interesses tornam-se fator determinante para a compreensão dos sentimentos de pertença dos sujeitos a seus coletivos, assim como sua oposição a outros. Em uma época em que o individualismo se hegemoniza (SENNET, 2006), essas conexões podem ficar invisibilizadas, incompreendidas.

A dimensão espacial é muito cara para o argumento de Halbwachs (1990): “*Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial*” (p. 143). As diversas formas de coletividade estão impregnadas na formação dos espaços, assim como em suas dinâmicas de transformação. O autor lembra que a convivência em um espaço comum se constitui como um dos fatores principais para a formação dos grupos e suas identificações coletivas. As atividades exercidas cotidianamente, por exemplo nos calçadas e praças, geram lembranças compartilhadas e se materializam pelos usos dos espaços, como inscrições sociais.

Inspirado em Halbwachs, identifico em Belo Horizonte uma espécie de ética na sociabilidade vivida na “rua” que alcança comerciantes, auxiliares de fiscalização, clientes, entre outros, constituindo um lugar comum de vivências diversas. Entre conflitos e confluências, alinha os termos das negociações entre esses atores sociais para a composição da normalidade rotineira (ARAÚJO FILHO, 2016). A imagem compartilhada desse espaço pode representar, inclusive, a própria identificação coletiva ligada a uma sociabilidade típica. Isso se torna visível pelo efeito de metonímia presente na expressão “trabalho de rua” que, relativamente,



agrega todos os indivíduos cujos trabalhos dependem deste espaço comum e suas “regras de convivência”, incluindo (ao mesmo tempo) os ambulantes e seus fiscalizadores. Esses trabalhadores referem-se à “Rua” com certa compostura, evocando-a como uma espécie de entidade simbólica dessa coletividade cujas contradições são evidentes, entre contingências, violências e liberdades. Essa representação empírica conecta, inclusive, com a imagem personificada da rua feita pelo cronista e *flâneur* João do Rio (2007) em *A alma encantadora das ruas*:

Se a rua é para o homem urbano o que a estrada foi para o homem social, é claro que a preocupação maior, a associada a todas as outras idéias do ser das cidades, é a rua. Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação — idéias gerais — até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares (p. 25).

Nesse sentido, a “rua” não está acima dos indivíduos, não delimita as subjetividades, por outro lado, sua imagem deve ser entendida como produto dialético entre a sociabilidade e e suas representações.

O uso e pertencimento ao espaço urbano é sempre alvo de disputa, o que fica evidente na composição da história dos espaços, desde suas representações concorrenciais, narrativas múltiplas. Pollak (1989) reforça essa perspectiva: o passado, assim, não é fixo, sua representação depende intrinsecamente de uma interpretação realizada pela lupa do tempo presente; e, por isso, pode ser entendido como objeto de disputa identitária. É preciso dizer ainda que a individualidade não se ausenta nesse argumento. Em suma, Halbwachs afirma que

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda

conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.(HALBWACHS, 1990, p.51).

No caso dos vendedores de rua em Belo Horizonte, esse aspecto fica bastante notável, devido à heterogeneidade de práticas e condições de trabalho encontradas nesse universo virtual identificado simplesmente como “comércio informal” ou “comércio ambulante”. Dentre essa variedade de pontos de vista, algumas perspectivas articulam-se bem com as histórias oficiais; enquanto outras ficam de fora do projeto de enquadramento hegemônico e tornam-se inaudíveis, silenciadas, ou subterrâneas, para usar a expressão de Pollak (1989). Assim, dificilmente essas perspectivas se solidarizam.

Ao mesmo tempo em que todo o cotidiano de trabalho, conflitos e resistências foi vivido (e, possivelmente, é entendido) de formas diversas, os elementos de vivência comuns e compartilhados podem parecer impalpáveis aos sujeitos. O ponto de vista desses autores, portanto, politiza a memória ao conectá-la à dimensão da formação identitária. Pollak chama a atenção para um “*trabalho de enquadramento da memória*”, a elaboração política de uma memória coletiva, e ressalta os efeitos da oficialização da história dos grupos sociais:

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLAK, 1992, p. 7)

Essa dimensão torna-se uma das mais importantes características da memória quando está ligada à constituição de identidades. Ela indica a

possibilidade de encerramento da identidade de um grupo em algum lugar social essencializado. Trata-se do risco do congelamento de identidades a funções ou lugares sociais específicos. Isso pode ocorrer não pela realização de supostas coerências e unidades criadas internamente na vida em grupo (como uma espécie de solução definitiva às disputas e contradições), mas como efeito de poder, ou de dominação, para usar o termo escolhido por Dubar (2009).

Tal elaboração teórica instiga a pensar sobre a produção de certa hegemonia. No caso da história dos vendedores ambulantes em Belo Horizonte, observa-se que o poder público, a grande mídia e as organizações do setor comercial formal esforçam-se arduamente por reproduzir e consolidar certa imagem sobre este público (JESUS; LOTT, 2007; CARRIERI et alii, 2011). Assim, esses agentes atuam no sentido da determinação de uma pretensa essência do torero, simplificando sua heterogeneidade, seu passado, suas possibilidades futuras a uma versão dos fatos e, certamente, a um lado da história. O que mais marca a identificação “pública” (no sentido de seu reconhecimento para com os outros, ou de sua imagem perante ao Estado) deste grupo social é sua posição como desviante: ideologicamente contrói-se um status de “informal” preponderante à condição de trabalhador.

Por exemplo, é notável o esforço da mídia e da Prefeitura em sustentar uma história inquestionável de que a partir do ano 2016 os ambulantes teriam “invadido” as ruas devido à crise econômica. Na medida em que cresceu expressivamente o número de ambulantes disputando as calçadas (entre novatos e os experientes e entre os que se engajam de forma intermitente ou constante), criou-se a seguinte imagem para legitimar as operações urbanas de fiscalização: todos, genericamente, são produtos da crise econômica atual e o trabalho informal é a saída natural para o desemprego. Dessa forma, fixam-se sujeitos, relações e lugares

Sem ignorar a histórica relação entre a informalidade e o desemprego estrutural, o que está em jogo, entretanto, é um deliberado esforço de legitimação do combate ao comércio ambulante nas ruas por uma via única e já convencional nos centros urbanos latinoamericanos: a tradicional combinação de transferência de parte dos vendedores informais para shoppings populares e a intensificação das ações repressivas para a outra parte. Em Belo Horizonte o programa de ações formalizou-se em 2017 como Plano de Inclusão Produtiva dos Camelôs e conta também com a promoção de cursos gratuitos de capacitação pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), voltados para o desenvolvimento da capacidade comercial e empreendedorismo. Em algumas publicações jornalísticas os trabalhadores recentemente alocados nos boxes passaram até mesmo a ser denominados de forma automática como “ex-camelôs”<sup>15</sup>, sendo considerados genericamente como aspirantes ao empreendedorismo. Segundo um dos sócios proprietários de alguns dos shoppings que recebem estes trabalhadores:

[...] todos os camelôs poderão receber cursos de capacitação do Sebrae, que tem uma sede na unidade do Centro, além de poder ter acesso a máquinas de cartão de crédito da Caixa Econômica Federal, para alavancar as vendas. Por meio da Fundação Doimo, parceira no projeto da PBH, os vendedores também poderão comprar mercadorias mais baratas sem atravessadores, diferentemente do que ocorria. “Esse não é um projeto de realocação dos camelôs, mas sim de empreendedorismo social. Em um primeiro

---

<sup>14</sup> Com referência à notícia “Informalidade é saída para desemprego”, disponível em: [http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=informalidade\\_e\\_saida\\_para\\_desemprego&id=172092](http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=informalidade_e_saida_para_desemprego&id=172092). Acesso em 10 out. 2017.

<sup>15</sup> Com referência à notícia “Só metade das vagas para camelôs é preenchida; prazo se encerra nesta terça”, disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/s%C3%B3-metade-das-vagas-para-camel%C3%B4s-%C3%A9-preenchida-prazo-se-encerra-nesta-ter%C3%A7a-1.546068>. Acesso em 10 out. 2017.

momento, eles serão acolhidos e, aos poucos, vamos oferecer oportunidade para que mudem a matriz econômica”, afirma<sup>16</sup>.

Ainda, outras estratégias discursivas foram utilizadas. Em uma pesquisa<sup>17</sup> realizada em abril de 2017, pela própria Prefeitura de Belo Horizonte para traçar o perfil geral dos ambulantes da cidade, revelou-se que apenas 20% dos entrevistados têm tradição no mercado informal, 85% desejam fazer curso de capacitação profissional e 75% têm interesse em trabalhar em shoppings populares. Sem entrar no mérito das condições de realização desse levantamento de dados (que não foram explicitadas nas publicações), a partir desse perfil traçado superficialmente, acomoda-se, portanto, um quadro bastante viável para a implementação da operação de “inclusão profissional” (como propagandearam) posta em andamento a partir de julho de 2017. Esse levantamento de dados serviu como material a ser circulado pela mídia como uma espécie de premissa para as políticas públicas. A atividade de comércio ambulante é assim genericamente explicada e determinada apenas como saída ao insucesso no mercado formal. O perfil ressaltado pelo levantamento torna-se mais um elemento que constrói a legitimidade das operações urbanas, endossando discursivamente não só a necessidade delas, mas também a forma de ação elegida pela Prefeitura e negociada com outros gupos dominantes.

Ao mesmo tempo, estes trabalhadores também são frequentemente enquadrados como “malandros”, “sonegadores de

<sup>16</sup> Com referência à notícia “Camelôs começam a trabalhar hoje em bancas do Shopping Uai, no Centro de BH”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/11/interna\\_gerais,882700/camelos-comecam-a-trabalhar-hoje-em-bancas-do-shopping-uai.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/11/interna_gerais,882700/camelos-comecam-a-trabalhar-hoje-em-bancas-do-shopping-uai.shtml). Acesso em 10 out. 2017.

<sup>17</sup> Com referência à notícia “Pesquisa da Prefeitura mostra quem é a nova geração de ambulantes que invadiu BH”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/22/interna\\_gerais,864059/pesquisa-da-prefeitura-mostra-quem-e-a-nova-geracao-de-ambulantes-que.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/22/interna_gerais,864059/pesquisa-da-prefeitura-mostra-quem-e-a-nova-geracao-de-ambulantes-que.shtml). Acesso em 10 out. 2017.

impostos” e “concorrentes desleais”, como sustentam principalmente os representantes da Câmara dos Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), instituição que se vangloria por representar sua classe e por “agir contra camelôs” desde sua fundação na década de 1960<sup>18</sup>. A participação da CDL-BH para a elaboração discursiva sobre os ambulantes deve ser ressaltada, já que seus representantes são chamados frequentemente à mídia para prestarem declarações sobre a questão. Ademais, também dispõem de um histórico poder de barganha com a Prefeitura, podendo cobrá-la e reivindicar intervenções diretamente com as instituições policiais, secretarias municipais e gabinete do Prefeito<sup>19</sup>.

Ainda assim, a adesão à solução imposta pelo Poder Público frustrou as expectativas criadas: menos da metade das vagas<sup>20</sup> para os boxes em shoppings populares de Belo Horizonte disponibilizadas<sup>21</sup> pela operação urbana foi ocupada no primeiro mês da operação, e no segundo mês restaram apenas 18% do número total de boxes sendo utilizados<sup>22</sup>. Grande parte dos vendedores transferidos desistiu da adesão devido ao baixíssimo volume de vendas<sup>23</sup> e, provavelmente, voltaram

---

<sup>18</sup> Com referência ao texto publicado no site oficial da CDL-BH, disponível em: [http://www.cdlbh.com.br/portal/335/Quem\\_Somos/Sua\\_Historia](http://www.cdlbh.com.br/portal/335/Quem_Somos/Sua_Historia). Acesso em 10/10/2017.

<sup>19</sup> Com referência à notícia “Retorno dos camelôs ao Hipercentro”, disponível em: [http://www.cdlbh.com.br/portal/4523/Noticias\\_CDL\\_BH/Retorno\\_dos\\_camelos\\_no\\_Hipercentro](http://www.cdlbh.com.br/portal/4523/Noticias_CDL_BH/Retorno_dos_camelos_no_Hipercentro). Acesso em 10/10/2017.

<sup>20</sup> Com referência à notícia “Só metade das vagas para camelôs é preenchida; prazo se encerra nesta terça”, disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/s%C3%B3-metade-das-vagas-para-camel%C3%B4s-%C3%A9-preenchida-prazo-se-encerra-nesta-ter%C3%A7a-1.546068>. Acesso em 08/10/2017.

<sup>21</sup> A distribuição das vagas foi realizada mediante sorteio (transmitido ao vivo pela internet) entre os vendedores cadastrados pela Prefeitura. Os ambulantes se dirigiam aos postos de cadastramento ou eram abordados nas ruas enquanto trabalhavam. Depois do sorteio, o ambulante deveria se dirigir aos postos da Prefeitura e assinar o termo de interesse para ter o direito de ocupar o box que lhe foi destinado.

<sup>22</sup> Dado disponível na reportagem “Dois meses depois onde estão os camelôs de Belo Horizonte?” em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/09/12/dois-meses-depois-onde-estao-os-camelos-de-belo-horizonte/>. Acesso em 08 out. 2017.

<sup>23</sup> Idem.

aos seus antigos pontos de venda nas calçadas, onde conseguem maiores rendimentos, apesar de se depararem com uma fiscalização mais acirrada a cada dia.

Muito ainda se veicula na mídia, em tom de denúncia, sobre as táticas recentes de esquiva do toreros, como os que passam a ocupar os bairros próximos do Centro<sup>24</sup>, os terminais de ônibus<sup>25</sup>, ou mesmo as cidades próximas a Belo Horizonte<sup>26</sup>. Se em um ponto de vista essa esquiva pode ser entendida como a efetividade das medidas de controle que “limparam” o Centro; por outro lado, demonstra que essa população vem construindo caminhos na contramão. A luta diária dos ambulantes é pelo próprio trabalho. A mensagem passada nas palavras de ordem gritadas nos protestos de julho é clara: “QUEREMOS TRABALHAR!”. Para além das ações coletivas que insurgem, como os protestos mencionados acima, é preciso estar atento às formas de agência menos dependentes de convenções na ordem das coordenações coletivas e de certo apelo simbólico. As chamadas formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2011) no caso dos toreros fazem-se explícitas pela dissimulação com relação às taxativas regras da fiscalização, a persistência do trabalho nas calçadas e a sistemática recusa aos estreitos caminhos para a integração oferecidos pelo Poder Público. Apesar de fragmentadas, basicamente são produto da capacidade inventiva de cada trabalhador para a mobilidade e

---

<sup>24</sup> Com referência à notícia “Aumento de camelôs em bairros fora do Centro irrita lojistas”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/02/interna\\_gerais,888535/aumento-de-camelos-em-bairros-fora-do-hipercentro-irrita-comerciantes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/02/interna_gerais,888535/aumento-de-camelos-em-bairros-fora-do-hipercentro-irrita-comerciantes.shtml). Acesso em 08 out. 2017.

<sup>25</sup> Com referência à notícia “Expulsos do Centro, camelôs migram para as estações do Move da capital”, disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/expulsos-do-centro-camel%C3%B4s-migram-para-as-esta%C3%A7%C3%B5es-do-move-da-capital-1.564069>. Acesso em 10 out. 2017.

<sup>26</sup> Com referência à notícia “Fiscalização de ambulantes começa com apreensões em Divinópolis”, disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/fiscalizacao-de-ambulantes-comeca-com-apreensoes-em-divinopolis.ghtml>. Acesso em 10 out. 2017.

negociação (ARAÚJO FILHO, 2016) e representam ainda uma questão de ordem coletiva comum aos pares, cujo pano de fundo é o conflito de classes.

Portanto, indo além da tese de crise das identidades de que fala Dubar (2009), é preciso voltar a reconsiderar novas formas inscritas de coletividades nessa nova configuração social, mesmo em um cenário, de certa forma, estranho para uma ciência social que, muitas vezes, se prende em suas bases mais ortodoxas. Entendendo o mundo do trabalho como um universo sempre cambiante e a classe social como efeito das experiências coletivas (THOMPSON, 1987), é possível, ainda, se surpreender com novos sentidos de coletividade e agência.

## Considerações finais

A narrativa oficial não se abala com facilidade. Pouco se considera publicamente sobre a necessidade de repensar as medidas tomadas ou mesmo diversificar as alternativas para a porção de pessoas que, de fato, não encontraram outra escolha de trabalho plausível se não o comércio ambulante informal. A construção narrativa que se hegemoniza ativas formas de classificação circunstanciais, porém concretas, que passam a ser base para a operacionalização das políticas públicas. Este se torna o mote para pensar os toreros como grupo social.

Com referência à construção de uma história cujo enredo, cenários e papéis já estão pré-determinados, quaisquer outros significados e sentidos que possam ser atribuídos às práticas de trabalho e aos modos de vida ficam subjugados, apagados publicamente. Certamente, não há como ver outra coisa senão a história convencional, dos “vencedores”, a não ser que nos coloquemos dispostos a “escovar a história a contrapelo”, como diria Benjamin (1987, p. 225).



Uma vez ativadas, as memórias coletivas servem para desmistificar a separação entre os caracteres privado e público das histórias contadas, além das experiências individuais das coletivas, quando pensadas do ponto de vista dos conflitos urbanos. Nesse ponto, os vieses das identidades sociais e memória caminham juntos, enquanto a pesquisa pretende compreender por quais pontos de encontro os indivíduos se conectam com grupos e com a sua própria história.

## Bibliografia

ARAÚJO FILHO, T. P. Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado. *ÁSKESIS*, v. 3, p. 45-57, 2014.

\_\_\_\_\_. A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral. In: CARDOSO, A. D.; VAZ, D.; BAPTISTA, L. (Org.). *Cidade global: Segregação e Espetáculo*. 1ed. Montes Claros: Unimontes, 2016a, v., p. 275-297.

\_\_\_\_\_. A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte. 2016b. Dissertação (Mestrado em Sociologia). CECH – UFSCar, São Carlos-SP.

AZAÏS, C. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. da S. (org.), *Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas*, Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABANES, R. Qual dialética é possível entre o espaço público e o privado? In CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. da S., *Saídas de emergência*, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 437-459.

CARRIERI, A. P.; MURTA, I. B. D.; MARANHÃO, C. M. S. A.;

MENDONÇA, M. C. N. Cleaning up the city: a study on the removal of street vendors from downtown Belo Horizonte, Brazil. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 28, n. 2, p. 217-225, 2011.

COSTA, M. da S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Cad. CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Apr. 2010

DUBAR, C. A crise das identidades: a interpretação de uma mutação. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2009.

DURÃES, B. Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação. Salvador. EDUFBA, 2013.

JESUS, C. R. de; LOTT, W. P. O código de posturas e o discurso competente: estudo de caso de Belo Horizonte. *Anais do II seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS*, 2007.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Cad. CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, Dec. 2014 .

\_\_\_\_\_. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In: *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: IEC, ano II, nº 01 - 1997.

LIMA, J. Nova Informalidade. In: IVO, A. B. L. (Org.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas*. 1ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 330-336. 2013.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, 37(3), p. 163-180, 2002.

LIPSKY, M. *Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation, New York, 1980.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, 37:

81-109. 2002.

MAFRA, P. D. A “pista” e o “camelódromo”: camelôs no Centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional - UFRJ, 2005.

MISSE, M. O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.18, p. 68-79, 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, V. 2, N. 3, p. 3-15, 1989.

RANGEL, F. O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SCOTT, J. Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Exploração normal, resistência normal. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 5, p. 217-243, 2011.

SENNETT, R. A Corrosão do Caráter. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, V. da S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

THOMPSON. E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONNIES, F. Estamentos e Classes. In IANNI, O. (org). Teorias de estratificação social: leituras de sociologia. São Paulo: Ed.Nacional,

1978.

WEBER, M. Classe, Status, Partido. In In VELHO, O.G; PALMEIRA, M.G.S; BERTELLI, A.R. (orgs) Estrutura de classes e estratificação Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora da UNB, 1991.